

PROVISÓRIO

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 17 SETEMBRO DE 2007 <i>Regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil.</i>	17
RESOLUÇÃO Nº 82, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012 <i>Dispõe sobre as audiências públicas no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.</i>	22
RESOLUÇÃO Nº 164, DE 28 DE MARÇO DE 2017 <i>Disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.</i>	23
RESOLUÇÃO Nº 174, DE 4 DE JULHO DE 2017 <i>Disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.</i>	26
RESOLUÇÃO Nº 179, DE 26 DE JULHO DE 2017 <i>Regulamenta o § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347/1985, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.</i>	28
RESOLUÇÃO Nº 181, DE 7 DE AGOSTO DE 2017 <i>Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público.</i>	32
RESOLUÇÃO Nº 243, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021 <i>Dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas.</i>	43
RESOLUÇÃO Nº 255, DE 9 DE JANEIRO DE 2023 <i>Dispõe sobre a instituição da Comissão Temporária de Defesa da Democracia.</i>	46
RESOLUÇÃO Nº 257, DE 14 DE MARÇO DE 2023 <i>Dispõe sobre a criação da Estratégia Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital).</i>	47
RESOLUÇÃO Nº 259, DE 28 DE MARÇO DE 2023 <i>Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público. ..</i>	49
RESOLUÇÃO Nº 260, DE 28 DE MARÇO DE 2023 <i>Institui a Doutrina de Inteligência do Ministério Público.</i>	52
RESOLUÇÃO Nº 261, DE 11 DE ABRIL DE 2023 <i>Institui o Código de Ética do Ministério Público brasileiro.</i>	53
RESOLUÇÃO Nº 262, DE 30 DE MAIO DE 2023 <i>Institui o Comitê Permanente Nacional de Monitoramento da Implementação de Decisões de Órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (CONADH) no âmbito do Ministério Público brasileiro ...</i>	59

RESOLUÇÃO Nº 264, DE 3 DE JULHO DE 2023

Estabelece parâmetros gerais para a contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar no âmbito dos ramos e das unidades do Ministério Público.

61

RESOLUÇÃO Nº 265, DE 3 DE JULHO DE 2023

Institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos integrantes do Ministério Público.

63

RESOLUÇÃO Nº 269, DE 22 DE AGOSTO DE 2023

Disciplina a manifestação não discriminatória de membros do Ministério Público nos processos de habilitação de pretendentes e nos de adoção de crianças e adolescentes, guarda e tutela.

70

RESOLUÇÃO Nº 276, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a Política Nacional do Ministério Público Digital – MP Digital.

71

RESOLUÇÃO Nº 277, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público na tutela coletiva das políticas públicas de execução penal e na atividade de fiscalização dos estabelecimentos penais.

76

RESOLUÇÃO Nº 278, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público na tutela coletiva de segurança pública.

82

RESOLUÇÃO Nº 279, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial.

86

RESOLUÇÃO Nº 281, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023

Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público e dá outras providências.

92

RESOLUÇÃO Nº 288, DE 19 DE MARÇO DE 2024

Disciplina a atuação dos membros do Ministério Público em feitos envolvendo a apreensão, custódia e liquidação de ativos virtuais e dá outras providências.

131

RESOLUÇÃO Nº 300, DE 24 DE SETEMBRO DE 2024

Disciplina a atuação do Ministério Público no velamento das Fundações de direito privado.

134

RESOLUÇÃO Nº 301, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024

Disciplina a atuação do Ministério Público em procedimentos oriundos de serventias extrajudiciais prestadoras de serviços notariais ou de registros públicos.

143

RESOLUÇÃO Nº 305, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025

Institui as diretrizes para atuação dos membros, e para o desenvolvimento de políticas pelas unidades do Ministério Público Estadual, pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para a adoção de medidas preventivas em prol da defesa da probidade administrativa, em especial, o incentivo à implantação de Programas de Integridade perante os órgãos da administração pública.

144

RESOLUÇÃO Nº 306, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025

Regulamenta o artigo 17-B da Lei n.º 8.429/1992, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, o acordo de não persecução civil.

152

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO Nº 31, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre a necessidade de observância, pelos membros do Ministério Público, das normas – princípios e regras – do chamado Protocolo de Istambul, da Organização das Nações Unidas (ONU), e, bem assim, do Protocolo Brasileiro de Perícia Forense, em casos de crimes de tortura e dá outras providências. 161

RECOMENDAÇÃO Nº 34, DE 5 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre a atuação do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil. 162

RECOMENDAÇÃO Nº 54, DE 28 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro. ... 164

RECOMENDAÇÃO Nº 96, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023

Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a observância dos tratados, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos, das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e dá outras providências. 168

RECOMENDAÇÃO Nº 97, DE 30 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre a atuação do Ministério Público para a efetivação do direito humano à alimentação adequada. 171

RECOMENDAÇÃO Nº 98, DE 30 DE MAIO DE 2023

Recomenda aos órgãos do Ministério Público que atuam em procedimentos relacionados com a participação de crianças e adolescentes em ensaios, espetáculos públicos, certames e atividades afins a adoção de medidas destinadas a combater a exploração do trabalho infantil. 172

RECOMENDAÇÃO Nº 99, DE 13 DE JUNHO DE 2023

Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a adoção de medidas extrajudiciais e judiciais para a cobrança da pena de multa prevista na alínea “c” do inciso XLVI do art. 5º da Constituição Federal e no art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências. 174

RECOMENDAÇÃO Nº 100, DE 3 DE JULHO DE 2023

Recomenda ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal e Territórios a adoção de providências para fortalecer a atuação funcional dos Promotores de Justiça da Infância e Juventude no processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares. 176

RECOMENDAÇÃO Nº 101, DE 8 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre a inserção do “Direito das Vítimas” e da Vitimologia como temas obrigatórios no conteúdo programático dos editais de concurso de ingresso na carreira do Ministério Público e nos cursos de formação de novos membros. 178

RECOMENDAÇÃO Nº 102, DE 8 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre o aprimoramento da atuação do Ministério Público nos casos de recuperação judicial e falência de empresas e dá outras providências. 179

RECOMENDAÇÃO Nº 103, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023

Dispõe sobre o aprimoramento e a integração da atuação do Ministério Público para o enfrentamento à crise hídrica e estabelece estratégias jurídicas para prevenção, planejamento, previsão de cenários, mitigação e adequação às situações de escassez hídrica. 186

RECOMENDAÇÃO Nº 104, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a utilização, pelo Ministério Público, de dados de sensoriamento remoto e de sistemas e plataformas de informações obtidas por satélite, para a defesa mais moderna e eficiente do meio ambiente. 193

RECOMENDAÇÃO Nº 105, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na fiscalização de verbas do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) e nas ações orientadas à redução da taxa de ocupação do sistema prisional. 195

RECOMENDAÇÃO Nº 106, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a possibilidade de utilização das verbas oriundas de transações penais e suspensões condicionais do processo por instituições públicas e privadas de finalidade social destinadas à defesa e promoção dos direitos das mulheres e à prevenção e combate à violência contra a mulher. 196

RECOMENDAÇÃO Nº 114, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024

Estabelece diretrizes sobre a atuação integrada do Ministério Público para prevenção, resposta e repressão às situações de violência escolar, bem como para a reparação às vítimas diretas e indiretas de ataques às unidades de ensino..... 198

RECOMENDAÇÃO Nº 115, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a metodologia de instauração e processamento de investigações financeiras autônomas, como forma de reforçar a atuação dos ramos e unidades ministeriais na persecução patrimonial..... 202

RECOMENDAÇÃO Nº 116, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025

Dispõe sobre a fiscalização, pelo Ministério Público, da execução, pelos entes federativos, dos planos de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, nos termos do art. 7º, inciso I, c. c. o art. 8º, inciso II, alínea "a", ambos da Lei n. 13.756/2018..... 204

BÔNUS

CARTA DE BRASÍLIA 208

CARTA DE CURITIBA 214